

Ao Serviço dos Cidadãos Europeus

O que a Comissão faz por nós



Pode encontrar esta brochura e outras explicações claras e sucintas sobre a UE em:
europa.eu.int/comm/publications

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação
Publicações
B-1049 Bruxelles

Manuscrito concluído em Junho de 2005

Ilustração da capa: Reporters

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005

ISBN 92-894-9488-3

© Comunidades Europeias, 2005
Reprodução autorizada

Printed in Belgium

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

Ao Serviço dos Cidadãos Europeus

O que a Comissão faz por nós



Índice

Introdução	3
O papel da Comissão	4
Estruturas	6
Pessoal	8
Recrutamento	10
A vida na Comissão	12
O orçamento	14
A sua voz em Bruxelas	16
Mecanismos de controlo	18
As línguas	20
Ao seu serviço	22
Para mais amplas informações	22

Introdução

A União Europeia reúne actualmente cidadãos de 25 países europeus. As decisões que adopta, como a introdução do euro ou de medidas de protecção do ambiente, podem afectar directamente o nosso quotidiano. Muitos pensam que essas decisões são tomadas não só em Bruxelas, sede geográfica da União Europeia, como também «por» Bruxelas, um pouco como se forças ocultas, separadas do resto da Europa, procurassem impor a sua vontade aos seus 455 milhões de cidadãos.

Esta percepção, no entanto, nada tem a ver com a realidade. As decisões são o resultado de processos abertos e democráticos, em que participam as três principais instituições da UE: o Parlamento Europeu, o Conselho da UE (constituído por ministros dos Estados-Membros) e a Comissão Europeia. A forma como a responsabilidade pela tomada de decisões é partilhada, aliada à necessidade de conciliar os interesses dos 25 países exige, necessariamente, o recurso a mecanismos práticos que tendem a ser complexos, mas que, no entanto, são completamente transparentes.

A presente brochura é consagrada à Comissão Europeia, a maior das três instituições comunitárias, e explica, de uma forma breve e acessível, o que a Comissão faz e como funciona, traçando também o perfil de algumas das pessoas, cidadãos europeus como nós, que trabalham para a instituição, e cuja tarefa consiste em garantir que a gestão da UE reflecta os nossos interesses comuns.

O papel da Comissão

A União Europeia deve a sua existência ao facto de os Estados-Membros terem decidido, em nome da paz, da prosperidade e da segurança dos seus cidadãos, delegar numa entidade supranacional a defesa dos seus interesses, e mesmo a sua soberania, no que respeita a certos sectores e políticas fundamentais, como previsto nos Tratados fundadores da UE.

A Comissão Europeia desempenha um papel essencial, na medida em que permite à União Europeia concretizar as suas promessas. Os seus poderes e responsabilidades têm aumentado ao longo dos anos, à medida que a União Europeia se tem vindo a alargar e a abranger novos sectores de actividade. A Comissão desempenha três funções distintas mas igualmente importantes.

A primeira consiste em elaborar novos textos legislativos e regulamentares. A Comissão elabora propostas legislativas que são seguidamente apresentadas ao Conselho e ao Parlamento para debate e deliberação. É a estas duas instâncias que compete, em última análise, adoptar formalmente ou rejeitar as propostas da Comissão.

A segunda consiste em assegurar a gestão quotidiana da vasta gama de actividades da UE, que vão da agricultura e segurança dos alimentos à defesa dos consumidores face a empresas sem escrúpulos. A Comissão pode, por exemplo, aplicar coimas de centenas de milhões de euros aos responsáveis pelas infracções mais graves que manipulam os mercados a fim de manterem os preços, e os seus lucros, a níveis artificialmente elevados.

A terceira consiste em garantir que os textos legislativos adoptados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu sejam aplicados de forma correcta e equitativa em todos os Estados-Membros. No contexto de uma União Europeia que se caracteriza por um mercado único e pela livre circulação, é fundamental que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei da UE, independentemente do país em que residam. É esta a razão pela qual a Comissão é por vezes designada por «guardiã dos Tratados».

Um impacto real



© Reporters

A ideia segundo a qual os funcionários da Comissão se limitam a elaborar regras sem se preocuparem com o seu impacto não reflecte a realidade do processo de tomada de decisões da UE. Trata-se, na realidade, de um processo democrático em que participam a Comissão, os 25 governos nacionais, o Parlamento Europeu e muitos outros intervenientes. Matthias Langemeyer, um dos negociadores que colaborou no processo de alargamento da UE a 25 países, em 2004, e que participa nas conversações com potenciais futuros membros, conhece por dentro este processo democrático.

«Enquanto serviço da Comissão responsável pela gestão das negociações de adesão, a nossa principal responsabilidade é estarmos atentos às preocupações dos países candidatos. Fazemos todos os possíveis por ter essas preocupações em conta, mas auscultamos igualmente as opiniões das outras direcções-gerais (no meu caso, colegas responsáveis pela agricultura e pela saúde e defesa dos consumidores). Temos igualmente de ser justos para com os agricultores e os consumidores europeus.»

A posição de negociação da UE é definida pela Comissão, mas deve ser validada pelos Estados-Membros antes de ser apresentada aos países candidatos. Matthias Langemeyer vê essa validação das propostas da Comissão como uma forma de resolver os problemas e não como uma confrontação.

«Durante as reuniões do Conselho da UE, em que participam os 25 Estados-Membros e a Comissão, sempre que conseguimos alcançar um compromisso que satisfaça todas as partes, apercebemo-nos de que a Europa evolui todos os dias. Além disso, agrada-me trabalhar em questões que afectam tantas pessoas.»

Após ter frequentado o ensino secundário em França e na Alemanha (o seu país de origem), Matthias Langemeyer decidiu estudar agronomia em Bona e em Toulouse, como possível via para uma carreira internacional. Esta estratégia deu bons resultados. Desde então, Matthias tem trabalhado ininterruptamente para a Comissão, exercendo diversos cargos.

Primeiro passou dois anos em Bruxelas, durante os quais analisou a legislação agrícola no quadro de um programa de experiência profissional levado a cabo por universidades europeias. Seguidamente, foi destacado, como «jovem perito» para a delegação da UE em Barbados, obteve um contrato de auxiliar em Bruxelas enquanto responsável pela gestão de projectos de ajuda no Médio Oriente, passou algum tempo em Belgrado como agente temporário da UE responsável pela prestação de assistência aos agricultores sérvios no rescaldo do conflito e, em 2003, foi titularizado como funcionário da UE.

Matthias Langemeyer

NASCIDO:

em 1967
em Telles, na Alemanha

CARGO:

Negociador em matéria de questões agrícolas e de segurança dos alimentos com os países candidatos

Estruturas

Começemos por uma definição: o termo «Comissão Europeia» aplica-se, em primeiro lugar, aos 25 comissários (homens e mulheres) que dirigem a organização. Os comissários (um por país) são nomeados, por um período de cinco anos, pelos governos dos 25 países da UE. A sua entrada em funções está sujeita à aprovação do Parlamento, o que lhes confere legitimidade democrática. Posteriormente prestam um juramento de independência perante o Tribunal de Justiça da União Europeia.

A actual Comissão, presidida pelo português José Manuel Barroso, iniciou o seu mandato de cinco anos em Novembro de 2004.

Por «Comissão», entende-se igualmente a própria organização e as 25 000 pessoas que trabalham nos seus diferentes departamentos, as chamadas direcções-gerais (DG). Cada DG é responsável por um sector específico

(agricultura, concorrência, assuntos económicos e financeiros, etc.) e está sob a responsabilidade directa de um dos comissários.

Em termos de pessoal, a Comissão tem praticamente o mesmo número de efectivos do que os serviços municipais de uma cidade europeia de média dimensão. Neste aspecto, os contribuintes europeus fizeram um bom negócio.

A maior parte do pessoal da Comissão trabalha em Bruxelas, muito embora mais de 2 500 funcionários estejam colocados no Luxemburgo e existam gabinetes de representação da Comissão em todos os países da UE. Além disso, a Comissão gere mais de 100 delegações em todo o mundo, que se ocupam de várias questões, designadamente comerciais, de desenvolvimento e de ajuda humanitária.

As direcções-gerais da Comissão

Políticas

Agricultura e Desenvolvimento Rural
Ambiente
Assuntos Económicos e Financeiros
Centro Comum de Investigação
Concorrência
Educação e Cultura
Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades
Empresas e Indústria
Fiscalidade e União Aduaneira
Investigação
Justiça, Liberdade e Segurança

Mercado Interno e Serviços
Pesca e Assuntos do Mar
Política Regional
Saúde e Defesa do Consumidor
Sociedade da Informação e Meios de Comunicação
Transportes e Energia

Relações externas

Alargamento
Comércio
Desenvolvimento

EuropeAid – Serviço de Cooperação
Relações Externas
Serviço de Ajuda Humanitária – ECHO

Serviços internos e gerais

Eurostat
Gabinete de Conselheiros de Política Europeia
Imprensa e Comunicação
Informática
Interpretação

Orçamento
Organismo Europeu de Luta Antifraude
Pessoal e Administração
Secretariado-Geral
Serviço de Auditoria Interna
Serviço das Publicações
Serviço Jurídico
Tradução

Trabalhar com os países em desenvolvimento



A UE é a maior potência comercial e o principal dador de ajuda a nível mundial e tem uma parceria especial com 78 países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP). Jeremy Lester ocupa-se especificamente do trabalho com estes países.

Ao longo da sua carreira na Comissão, Jeremy Lester trabalhou sempre com os países em desenvolvimento, domínio em que obteve um mestrado na Universidade de East Anglia, no Reino Unido. Antes de começar a trabalhar para a Comissão, em 1976, passou três anos no Lesoto.

Desde então, tem participado na elaboração de políticas em Bruxelas, bem como a nível da assistência *in loco* nas delegações da UE em Madagáscar, no Ruanda e, actualmente, no Níger. As delegações desempenham uma dupla função: estão ao serviço da população do país anfitrião e constituem, simultaneamente, um posto de escuta e uma base avançada para os serviços da Comissão responsáveis pelo desenvolvimento, comércio, relações externas, ajuda humanitária e diversos outros domínios.

Enquanto chefe da delegação da Comissão no Níger, Jeremy Lester gere uma equipa de 45 pessoas e o maior programa de ajuda ao desenvolvimento do país. «Embora nos encontremos a mais de 4 000 km de Bruxelas, é frequentemente em países como este que os programas da Comissão dão uma maior visibilidade à UE. Sinto-me orgulhoso pelo facto de a Comissão ter apoiado a gestão da mudança e o desenvolvimento do Níger e ter decidido apoiar projectos de risco. A assunção do risco é uma condição para o êxito: um poço construído em colaboração com a comunidade local continuará a ser mantido, enquanto um poço construído por pessoas vindas de fora acabará por ficar inutilizado após a sua partida.»

Para se descontraír, Jeremy tem um jardim. «O ritmo de crescimento de um jardim ajuda-me a manter um certo sentido do equilíbrio. Não sou propriamente um jardineiro nato mas dá-me um enorme prazer ocupar-me dos meus jardins: no Lesoto, em Madagáscar, no Ruanda e, agora, nas condições agrestes do Níger, em que cada jardim é um oásis no meio das cabras, do pó e da areia.»

Jeremy Lester

NASCIDO:
em 1949
em Colchester,
no Reino Unido
CARGO:
Chefe da delegação da
UE no Níger

Pessoal

As 25 000 pessoas que trabalham para a Comissão Europeia provêm de todos os países membros da UE, bem como de outros países, e dos mais diferentes meios sociais. À semelhança dos funcionários públicos de qualquer país, cobrem muitos sectores de actividade e desenvolvem as suas competências a diferentes níveis, enquanto responsáveis políticos, gestores ou pessoal de apoio. A sua diversidade reflecte a própria diversidade da União Europeia, que faz da Comissão um verdadeiro cadinho em que se fundem línguas e culturas europeias.

Não há estereótipos: basta percorrer os corredores de qualquer edifício da Comissão em Bruxelas para deparar com pessoas das mais variadas nacionalidades, culturas, etnias e origens sociais, falando diversas línguas.

No entanto, a Comissão não é uma torre de Babel: utiliza apenas três línguas de trabalho (francês, inglês e alemão), se bem que os documentos oficiais sejam publicados nas 20 línguas oficiais da UE. Todos os membros do pessoal têm de falar, para além da sua língua materna, pelo menos uma outra língua comunitária.

Não existe uma via profissional específica para obter um emprego na Comissão Europeia. Os limites de idade que antigamente existiam para o recrutamento foram suprimidos, permitindo a admissão de candidatos menos jovens com uma experiência profissional pertinente. Os funcionários europeus podem beneficiar do apoio, durante um curto período de tempo, de peritos que possuam competências específicas ou de funcionários nacionais destacados pelos governos dos Estados-Membros. Estes dois grupos constituem, no entanto, uma pequena minoria.

Se bem que a Comissão se esforce por estabelecer e manter um equilíbrio entre as diferentes nacionalidades, não existe um sistema de contingentes. A capacidade de adaptação e o gosto em trabalhar num contexto multicultural e multilingue constituem qualidades essenciais. Os candidatos devem igualmente estar dispostos a trabalhar no estrangeiro durante um longo período de tempo.

A moeda da Europa



© Reporters

Foi a dimensão multicultural e internacional que atraiu Anne Ropers para as instituições europeias. O seu trabalho em Bruxelas está relacionado com o símbolo mais tangível da integração europeia: o euro.

O facto de podermos utilizar uma moeda em euros finlandesa para pagar um bilhete de autocarro em Atenas é hoje em dia um dado adquirido. Contudo, a harmonização do tamanho, peso e outras características técnicas dos 74 mil milhões de moedas em euros em circulação nos 12 países que adoptaram a moeda única constitui uma tarefa complexa. Essa responsabilidade não incumbe à Comissão, uma vez que a cunhagem de moedas constitui um direito soberano muito antigo dos Estados-Membros, mas é a Comissão que assegura o secretariado encarregado da coordenação entre os governos. É esse o trabalho actual de Anne.

Anne Ropers tem trabalhado quase sempre neste domínio. O seu primeiro trabalho na Comissão consistia em calcular a taxa de câmbio diária das outras divisas relativamente ao ecu, uma moeda sem curso legal utilizada

sobretudo para a elaboração dos orçamentos e para os pagamentos da UE, «mas que também era muito importante para as grandes empresas, que costumavam telefonar-me para conhecer a taxa de câmbio».

O ecu desapareceu com o lançamento do euro. Quando as divisas dos Estados-Membros participantes também desapareceram e o Banco Central Europeu em Francoforte se tornou responsável pela taxa de câmbio do euro, Anne Ropers passou a ocupar-se das características técnicas das moedas em euros. «Neste momento, a principal tarefa é fornecer todas as informações pertinentes aos novos Estados-Membros. Dentro de alguns anos, alguns deles vão começar a utilizar o euro».

Após 32 anos em Bruxelas, a dimensão internacional da Comissão continua a ser o aspecto do seu trabalho que Anne mais aprecia. «Aprendem-se coisas sobre imensos países sem sequer se sair do escritório. Depois de tantos anos em Bruxelas e apesar de manter uma forte ligação a França, é aqui que me sinto mais em casa».

Anne Ropers

NASCIDA:
em 1945
em Paris, França
CARGO:

Secretária do Grupo de Trabalho dos Directores das Casas da Moeda responsável pelas moedas em euros

Notas e moedas

As notas em euros, em fracções que vão de 5 a 500 euros, são as mesmas nos 12 países que adoptaram a moeda única. As moedas, por outro lado, apresentam uma face comum que ostenta o valor da moeda e uma outra face decorada com um emblema nacional distintivo. Os Estados mais pequenos, como o Vaticano, cunham igualmente as suas próprias moedas em euros, mas em quantidade de tal modo limitada que já se transformaram em objectos de colecção.

Recrutamento

A forma mais habitual de se tornar funcionário da Comissão é participando num «concurso geral». Não existe um calendário para os concursos, que são organizados frequentemente, em função das necessidades de pessoal. A natureza das funções (trabalhar numa equipa internacional, no interesse da Europa e dos seus cidadãos) explica o elevado número de candidatos.

Os anúncios de concurso são publicados na imprensa nacional dos Estados-Membros e na Internet. Em 2003, foi criado o Serviço Europeu de Selecção de Pessoal (EPSO), a fim de centralizar e coordenar o recrutamento do pessoal da Comissão e das outras instituições da UE. O sítio Internet do EPSO (europa.eu.int/eps) fornece informações sobre os concursos a decorrer e a realizar no futuro, bem como orientações para os candidatos.

Os concursos, que se realizam em todas as línguas da UE, incluem provas de pré-selecção, seguidas de uma prova escrita. Os candidatos seleccionados são posteriormente convocados para uma prova oral, que se realiza geralmente em Bruxelas.

As funções na Comissão dividem-se em duas grandes categorias: as que exigem uma licenciatura e as outras.

Os candidatos aprovados nos concursos para licenciados são recrutados como funcionários de grau «A» ou administradores. Os outros candidatos podem concorrer a lugares de assistente (grau «B»), pessoal de secretariado (grau «C») ou pessoal de apoio e logística (grau «D»).

A concorrência é feroz e é preciso uma boa preparação para passar as provas de concurso. Os candidatos seleccionados encontrarão um ambiente de trabalho interessante e motivador e terão a oportunidade de se ocuparem de variados domínios ao longo da sua carreira na Comissão. O espírito de iniciativa é recompensado. Dado o vasto leque de actividades da Comissão e a dimensão relativamente pequena desta última, é possível atingir um elevado nível de responsabilidade em relativamente pouco tempo.

O pessoal da Comissão é bem pago. Muito embora ganhem menos do que os seus homólogos internacionais com funções semelhantes no sector privado, os funcionários são geralmente mais bem pagos do que os seus colegas de nível equivalente nas administrações nacionais dos Estados-Membros.

Ajudar as regiões mais pobres



© Reporters

Do Banco Mundial para a Comissão Europeia, após uma escala na Eslováquia para ajudar a preparar a adesão do seu país de origem à UE: eis o que tem sido, até agora, a carreira de Katarina Mathernova, que assumiu, em 2005, o cargo de directora do serviço da Comissão responsável pela política regional.

Katarina Mathernova é responsável pelo modo de selecção, financiamento e aplicação dos programas e projectos da UE destinados às regiões mais desfavorecidas em sete países. Dirige três unidades: uma para a Espanha, uma para a Irlanda, a Finlândia e a Estónia e a terceira para a Bélgica, o Luxemburgo e a República Checa. Considera que «a decisão da Comissão de agrupar os antigos e os novos Estados-Membros é uma boa ideia. Os novos países podem aprender com os antigos e vice-versa. Estes intercâmbios são especialmente úteis quando se trata de países vizinhos, como é o caso da Estónia e da Finlândia ou da Eslováquia e da Áustria.»

Após uma licenciatura em Direito da Universidade Comenius de Bratislava e uma pós-graduação na Universidade de Michigan, Katarina entrou

para o Banco Mundial, em Washington, em 1993. Entre 1999 e 2002 regressou ao seu país, onde participou na política de reestruturação económica e na preparação da adesão à UE. «Enquanto conselheira especial do vice-primeiro-ministro, participei activamente nas negociações de adesão à UE. Estas funções estimularam o meu interesse pela UE, e acredito profundamente no processo de integração europeia.» Katarina Mathernova regressou ao Banco Mundial por um período de dois anos antes de integrar a Comissão.

«Estou muito interessada em saber como se vai reflectir, na Comissão, a nova dinâmica criada pela entrada, na União Europeia, de oito novos países da Europa Central e Oriental», declara Katarina. Foi igualmente atraída pelo ambiente de trabalho internacional na Comissão, aspecto que já tinha tido a oportunidade de apreciar no Banco Mundial. Segundo ela, «existem, no entanto, grandes diferenças culturais entre as duas instituições».

Katarina Mathernova

NASCIDA:
em 1964
em Bratislava, na Eslováquia
CARGO:
Directora da política regional

A vida na Comissão

O que se pode esperar quando se entra para a Comissão? Provavelmente, será afectado a uma das direcções-gerais em Bruxelas. Algumas delas podem chegar a ter 1 000 funcionários, mas em geral são muito mais pequenas.

A unidade para a qual irá trabalhar numa DG será maioritariamente composta por pessoas de países diferentes do seu. A Comissão pratica, como é natural, uma política de igualdade de oportunidades mas, não obstante os seus esforços, as mulheres continuam a estar sub-representadas nos graus mais elevados.

Enquanto funcionário europeu, pagará um imposto sobre o rendimento à UE e não ao país onde trabalha ou do qual é originário.

Os funcionários da Comissão podem (e a maioria fá-lo) inscrever os seus filhos numa das Escolas Europeias, que oferecem, nas 20 línguas da UE, um ensino primário e secundário completo que dá acesso à universidade. As escolas europeias atribuem uma atenção especial ao ensino das línguas. O diploma do ensino secundário

das escolas europeias (*baccalauréat* europeu) permite o acesso a todas as universidades da UE e a muitas fora da UE.

Em 2004, a Comissão começou a introduzir uma série de reformas importantes destinadas a aumentar a sua eficácia e a reduzir as despesas administrativas. A principal inovação desta reforma é uma nova estrutura de carreira mais baseada no mérito, que entrará em vigor em 2006. Este sistema dará aos funcionários não licenciados mais oportunidades (incluindo formações especiais) de acederem a cargos administrativos se provarem que possuem as competências necessárias. Aos administradores serão também aplicados critérios de promoção mais transparentes para os graus superiores.

A distinção entre os graus B e C dos funcionários não licenciados está a ser abolida. O grau D está gradualmente a ser suprimido à medida que as funções exercidas por esses membros do pessoal vão sendo transferidas para empresas externas.

Os salários iniciais

De acordo com a nova estrutura de carreira, um secretário não licenciado e com um mínimo de três anos de experiência auferirá um salário inicial de base de 2 341 euros por mês. O salário mensal de base de um administrador com uma licenciatura e um mínimo de três anos de experiência profissional será de, pelo menos, 3 837 euros. Em ambos os casos, a estes montantes podem ser acrescidos subsídios, que podem ir até mais de 16% do salário de base. Ao total assim obtido serão ainda deduzidos os impostos e a contribuição para o seguro de doença.

Fornecer o equipamento necessário



© Reporters

A Comissão está actualmente a rever as suas práticas de gestão, subcontratando a empresas externas os seus serviços não essenciais e incentivando uma maior mobilidade profissional interna. Frans Rijpstra tem experiência directa de ambas as situações

Passar, após 20 anos como cozinheiro na marinha holandesa, a responsável pela encomenda do equipamento informático dos funcionários da Comissão pode parecer quase impossível, mas foi este o percurso profissional de Frans Rijpstra. Entre um posto e o outro trabalhou, durante mais de 10 anos, nas cozinhas da Comissão, o que lhe permitiu, pela primeira vez, instalar-se permanentemente no país da sua mulher e dos seus dois filhos, de nacionalidade belga.

Quando a Comissão decidiu, em 1999, externalizar o serviço de restauração em que Frans trabalhava, foi-lhe dito que procurasse outro lugar na Comissão. Aos 49 anos, idade em que é difícil começar uma nova carreira, conseguiu o primeiro lugar para o qual concorreu, à primeira vista completamente diferente do anterior, enquanto responsável pelos pedidos de equipamento informático (sobretudo computadores, ecrãs e impressoras). «É o melhor trabalho que já tive. Estou convencido de que nunca teria tido esta oportunidade no sector privado.»

Os seus novos superiores aperceberam-se de que, graças ao seu emprego anterior, Frans tinha experiência de encomendas e de contactos com os fornecedores externos e que dominava as principais línguas necessárias para lidar com esses fornecedores: francês, inglês e neerlandês. Além disso, há muito que, a título pessoal, se interessava pela informática. Por isso mesmo, não se deixa levar facilmente: «Quando apareceram os primeiros ecrãs planos, todos os funcionários queriam um, mas isso não significa que todos os tenham recebido. Passo muito tempo a determinar aquilo de que os funcionários realmente precisam.»

«É um trabalho de sonho. Contacto com pessoas dentro e fora da Comissão, tenho responsabilidades, o trabalho nunca é o mesmo e o ambiente de trabalho com os meus colegas é excelente. Além disso, ao ajudar os funcionários a fazerem o seu trabalho melhor, tenho a sensação de estar a participar na construção da Europa.»

Frans Rijpstra

NASCIDO:

em 1954
em Hilversum,
nos Países Baixos

CARGO:

Responsável pelos pedidos
de equipamento informático
do pessoal

O orçamento

Uma das tarefas da Comissão consiste em gerir o orçamento da UE, que se eleva actualmente a cerca de 115 mil milhões de euros por ano. Este montante representa apenas 1% do produto nacional bruto (PNB) do conjunto de todos os países da UE, ou seja, cerca de 250 euros por cidadão europeu. Trata-se, no entanto, de uma média, uma vez que a contribuição dos países mais pobres para o orçamento da UE é inferior à dos países mais ricos.

As rubricas orçamentais mais importantes são a agricultura e a ajuda às regiões menos desenvolvidas da União que, no seu conjunto, representam cerca de 80% do orçamento para 2005. Em contrapartida, as despesas administrativas para o funcionamento da UE são pouco elevadas, representando pouco mais de 5% das despesas europeias.

O resto do orçamento é consagrado a outras políticas, principalmente os transportes e a energia, a investigação, a educação e a cultura, a justiça e os assuntos internos. A assistência técnica e financeira aos países mais necessitados do mundo representam igualmente um outro sector de despesas importante.

A Comissão elabora todos os anos um projecto de orçamento tendo em conta um limite máximo global definido pelos governos dos Estados-Membros da UE. A aprovação final do orçamento anual compete igualmente aos governos nacionais e ao Parlamento Europeu.

Na gestão do orçamento, a Comissão não pode gastar o dinheiro como deseja. Os governos dos Estados-Membros e o Parlamento exigem transparência e responsabilização ao longo de todas as fases do processo. No final de cada exercício, a Comissão apresenta as contas ao Parlamento para aprovação.

Investir na solidariedade e na inovação



© Reporters

Uma parte dos recursos da UE destina-se a promover a inovação e a tornar a economia da UE mais competitiva. Giorgio Clarotti trabalhou em dois domínios essenciais para este efeito: a investigação, que favorece a competitividade, e a política social, que ajuda os cidadãos europeus a tirarem partido da mudança.

Giorgio é um funcionário europeu de segunda geração: «Caí no caldeirão da poção mágica quando era pequeno, como o Obéllix.» declara, se bem que tivesse iniciado a carreira como investigador no sector biomédico, pensando que seria aquela que melhor corresponderia ao seu desejo de contribuir para a mudança e a inovação.

Aos 29 anos, contudo, estava na Comissão e a gerir o seu orçamento de 60 milhões de euros para a investigação biomédica. Após a experiência directa da escassez de recursos dos investigadores europeus relativamente aos seus congéneres americanos e japoneses, «podia agora ajudar uma centena de Georgios na mesma situação.».

Seguiu-se um programa de investigação para as pequenas e médias empresas. «As PME tinham tendência para achar que a Comissão dificultava o seu desenvolvimento, mas os nossos

programas demonstraram que podemos, muito pelo contrário, proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento.»

Após 10 anos na Comissão, Giorgio mudou para a DG Emprego e Assuntos Sociais, onde assumiu a direcção da unidade «Comunicação». «Este é o sector que, em minha opinião, constitui o maior desafio para a UE: criar uma economia inovadora e dinâmica numa sociedade que está a envelhecer. O modelo europeu assenta na solidariedade. As políticas sociais constituem um factor de produtividade, dando oportunidades a todos os cidadãos e garantindo que nenhum deles fique à margem do processo de mudança. O Fundo Social Europeu desempenha um papel fundamental orientando essa mudança de modo a que mesmo os elementos menos competitivos dela possam beneficiar.»

Entretanto, o desafio de conseguir acompanhar os Estados Unidos e o Japão em matéria de investigação não tinha desaparecido. No início de 2005, Giorgio regressou, pois, a este sector, desta vez para promover uma cooperação mais estreita entre os ministérios e organismos nacionais que financiam a investigação pública, a fim de explorar as economias de escala.

Giorgio Clarotti

NASCIDO:
em 1963
em Turim, na Itália
CARGO:

Promoção da cooperação
entre os programas
nacionais de investigação no
domínio das ciências da vida

A sua voz em Bruxelas

A Comissão toma inúmeras decisões que afectam directamente a vida dos seus cidadãos, bem como das empresas e organizações onde estes trabalham. Por conseguinte, procura ser o mais transparente e responsável possível, facultando aos cidadãos informações sobre os assuntos que lhes dizem respeito. Aquando da elaboração de um texto legislativo, a Comissão realiza também amplas consultas com os representantes da comunidade empresarial, das organizações de consumidores e de outros organismos interessados. As suas contribuições são inestimáveis, uma vez que permitem à Comissão elaborar textos equilibrados, que reflectem os interesses de todas as partes. A Comissão pode assim mais facilmente assumir a responsabilidade de reflectir o interesse comum europeu na elaboração da legislação da UE.

Através do sítio Internet interactivo da Comissão, *A sua voz na Europa*, no endereço europa.eu.int/yourvoice, cada cidadão pode desempenhar um papel activo no processo de elaboração das políticas comunitárias. De facto, todos os cidadãos podem apresentar neste sítio os seus comentários e partilhar as suas experiências, bem como participar em fóruns de consulta sobre as diversas políticas.

Os cidadãos podem consultar igualmente todas as publicações oficiais, bem como documentos internos. De facto, estão disponíveis no sítio Internet da UE mais de 2,1 milhões de documentos. Qualquer pessoa pode solicitar o acesso a um documento não publicado, independentemente do seu estatuto profissional e sem ter de justificar o seu pedido. Só pode ser recusado o acesso a dados de natureza pessoal ou susceptíveis de comprometerem interesses comerciais legítimos.

Os cidadãos podem igualmente escrever, telefonar ou enviar um fax: ou uma mensagem electrónica à Comissão em qualquer uma das 20 línguas oficiais da UE. A Comissão é obrigada a responder, na mesma língua, num prazo de 15 dias.

A maneira mais simples de obter informações sobre a Comissão é telefonar ou enviar uma mensagem electrónica para Europe *Direct* (europa.eu.int/europedirect). Trata-se de um serviço personalizado que dá respostas práticas às perguntas dos cidadãos sobre a Comissão, podendo igualmente ajudá-los a obter orientação jurídica.

Lidar com problemas concretos



© Reporters

Desde 1985, ano em que foi recrutada pela Comissão logo após ter concluído os estudos universitários em Lisboa, a carreira de Isabel Faria de Almeida tem sido bastante variada. Numa primeira fase, trabalhou como tradutora e em seguida como membro da equipa que contribuiu para restabelecer a confiança do público após a crise causada pela «doença das vacas loucas», integrando actualmente a unidade de coordenação da luta antidroga.

Nascida em Lourenço Marques (actualmente Maputo), em Moçambique, Isabel veio ainda criança para Lisboa, onde se licenciou em Agronomia. «Aos 24 anos respondi a um anúncio para recrutamento de tradutores especializados para Bruxelas. Comecei a trabalhar em 1985, ainda antes da adesão de Portugal à CE. O meu trabalho consistia em traduzir, para português, textos sobre matérias agrícolas, veterinárias e médicas».

«Após nove anos como tradutora, decidi mudar de carreira e concorri para um lugar na Direcção-Geral da Agricultura. Foi aí que colaborei no sistema de rotulagem da carne de bovino em matéria de qualidade e de rastreabilidade, medida que veio a contribuir, de forma eficaz, para restaurar a confiança dos consumidores.»

Em 2001, Isabel passou a integrar a unidade de coordenação da luta antidroga, que havia sido recentemente criada na Direcção-Geral da Justiça, Liberdade e Segurança. «Não fazemos política antidroga. Essa responsabilidade incumbe, essencialmente, aos 25 Estados-Membros da UE. A nós, cabe-nos promover uma abordagem coerente entre estes últimos. Todos eles estão de acordo quanto à necessidade de encontrar um equilíbrio entre prevenção, repressão e reabilitação. Os padrões de consumo estão constantemente a mudar. Assiste-se a uma diminuição do consumo de heroína mas, em contrapartida, o consumo de drogas sintéticas e de cannabis tem aumentado.»

Isabel aprecia o contexto multicultural de Bruxelas. Dois dos seus três filhos frequentam a Escola Europeia, onde têm amigos de muitas nacionalidades. O marido, de nacionalidade neerlandesa, trabalha com jovens oriundos de meios problemáticos sob tutela do Tribunal.

Isabel Faria de Almeida

NASCIDA:
em 1961
em Moçambique
CARGO:

Administradora principal na
Unidade de Coordenação da
Luta Antidroga

Mecanismos de controlo

O funcionamento da União Europeia prevê mecanismos de controlo a todos os níveis. O Tribunal de Justiça controla a acção da Comissão e das outras instituições da UE. A Comissão, por sua vez, pode recorrer ao Tribunal de Justiça com vista à condenação dos Estados-Membros que não apliquem correctamente a legislação comunitária ou que violem as regras comunitárias.

A própria Comissão é responsável perante os cidadãos europeus por intermédio do Parlamento Europeu, que pode demitir colectivamente os 25 comissários mediante um voto de censura. A Comissão é igualmente responsável perante os governos dos Estados-Membros por intermédio do Conselho da União. No quadro do processo legislativo da UE, é a Comissão que elabora as propostas de legislação, mas cabe ao Conselho e ao Parlamento discutir essas propostas, propor alterações e, por fim, adoptá-las ou rejeitá-las. O diálogo entre as três instituições é, pois, contínuo e permanente.

Os cidadãos e as empresas que se considerem lesadas pelas decisões da Comissão podem recorrer ao Tribunal de Justiça. Os particulares e as pequenas empresas podem igualmente dirigir-se ao Provedor de Justiça Europeu, ao qual compete defender os direitos dos cidadãos e pôr termo e remediar qualquer situação de abuso de poder ou de má gestão por parte da Comissão ou das outras instituições. O sítio Internet do Provedor de Justiça encontra-se no endereço www.euro-ombudsman.eu.int.

As despesas da Comissão são objecto de controlos externos e internos. O controlo externo é exercido pelo Tribunal de Contas Europeu, uma instituição independente da UE, com sede no Luxemburgo. A nível da Comissão, o serviço de auditoria interna verifica os procedimentos financeiros da instituição, a fim de garantir a correcta utilização do dinheiro dos contribuintes e impedir as fraudes.

Garantir a segurança dos alimentos



© Reporters

Para garantir a segurança dos alimentos, independentemente da sua proveniência, a UE dispõe de uma série de normas rigorosas comuns. Dorota Lewczuk-Bianco, nacional da Polónia, é uma jurista a quem cabe garantir o cumprimento dessas normas.

Dorota Lewczuk-Bianco chegou à Comissão em 2003, após ter concluído estudos universitários no Colégio da Europa de Natolin (na Polónia) e ter trabalhado no Ministério polaco dos Assuntos Europeus. Antes de vir para Bruxelas, na companhia do seu marido italiano (que conheceu durante um período de estudos em Milão) o seu trabalho consistia em adaptar a legislação alimentar polaca aos requisitos impostos pela adesão à UE.

Actualmente, Dorota trabalha para a DG responsável pela defesa dos consumidores, pela saúde pública, pela segurança dos alimentos e pelo bem-estar dos animais. O seu trabalho consiste em verificar se as normas em matéria de segurança dos alimentos adoptadas pelos ministros dos Estados-Membros no Conselho da UE são transpostas para a legislação nacional dentro dos prazos e correctamente aplicadas. Em caso de infracção dessas normas, a Comissão pode levar os Estados-Membros a tribunal.

«É importante dispormos de normas europeias comuns e sabermos que todos os alimentos satisfazem determinados critérios. Não podemos, por exemplo, admitir um determinado nível de resíduos de pesticidas num país, um outro nível num segundo país e um terceiro nível para as importações. Num mercado único, é fundamental que todos colaborem. De um ponto de vista pessoal, considero extremamente gratificante trabalhar para a sociedade, num sector que afecta a nossa vida quotidiana.»

As funções de Dorota Lewczuk-Bianco incluem o tratamento das reclamações apresentadas pelos cidadãos. «Todos os cidadãos têm o direito de apresentar reclamações à Comissão e recebemos muitas queixas, sobretudo no que respeita à segurança dos alimentos e ao bem-estar dos animais. É dado seguimento a todas as queixas.»

O seu trabalho não se limita, no entanto, a controlar as normas existentes. «A Comissão procura constantemente melhorar a legislação. Para o efeito, esforçamo-nos por simplificar a legislação em matéria de segurança dos alimentos, a fim de a tornar mais compreensível para os cidadãos e para a indústria alimentar.»

Dorota Lewczuk-Bianco

NASCIDA:

em 1969

em Varsóvia, na Polónia

CARGO:

Controlo do respeito das normas da UE em matéria de segurança dos alimentos



As línguas

A língua que falamos faz parte da nossa identidade e constitui uma das expressões mais evidentes da nossa nacionalidade, da nossa cultura e das nossas tradições. Embora empenhada numa maior integração entre os seus Estados-Membros, a UE promove veementemente a diversidade linguística dos povos da Europa.

Para o efeito, a Comissão financia programas à escala europeia para que os seus cidadãos, em especial os jovens, possam aprender outras línguas europeias, a fim de facilitar a mobilidade profissional e pessoal e reforçar os contactos interculturais e a compreensão mútua. O objectivo declarado de tais programas é fazer com que o maior número possível de cidadãos da UE fale mais duas línguas para além da língua materna.

As línguas e a comunicação constituem prioridades essenciais para a Comissão e as outras instituições. Trata-se de um princípio fundamental considerar que todos os cidadãos devem ter acesso aos documentos oficiais da UE na língua oficial do seu país. Assiste-lhes igualmente o direito de escreverem à Comissão e de rece-

berem uma resposta nessa mesma língua. Trata-se de uma das muitas formas pelas quais a UE assegura a não discriminação entre os cidadãos dos grandes países e os cidadãos dos outros países, por muito pequenos que estes sejam.

Existem, no total, 20 línguas oficiais nos 25 Estados-Membros da UE: alemão, checo, dinamarquês, eslovaço, esloveno, espanhol, estónio, finlandês, francês, grego, húngaro, inglês, italiano, letão, lituano, maltês, neerlandês, polaco, português e sueco.

Uma vez que os membros do seu pessoal são oriundos de todos os Estados-Membros, existem na Comissão falantes nativos de todas as línguas oficiais (e de outras línguas). Contudo, é difícil para qualquer pessoa dominar um grande número de línguas estrangeiras. Por isso, para efeitos de funcionamento interno, a Comissão utiliza muitas vezes apenas três línguas de trabalho: alemão, francês e inglês. Os projectos de textos legislativos começam por ser geralmente redigidos numa dessas línguas.

Fazer com que todos se entendam



© Reporters

Os representantes dos governos e os peritos que trabalham em novos textos legislativos que serão aplicáveis em toda a UE devem poder ler e discutir esses textos na sua própria língua. A Comissão não poderia, pois, funcionar sem tradutores para os textos escritos e sem intérpretes para os debates em directo. Marta Sanz Fernández é intérprete na Comissão.

«Interpretamos qualquer tema possível e imaginável. Por vezes, os debates são de tal modo técnicos que tenho de aprender primeiro a terminologia na minha língua materna, o espanhol, antes de poder traduzi-la noutras línguas. E quando os espanhóis utilizam metáforas relacionadas com touradas, por exemplo, nem sempre é fácil encontrar uma expressão equivalente noutra língua. É muito gratificante quando uma pessoa para a qual estamos a interpretar toma a palavra e se exprime com segurança, demonstrando que entendeu perfeitamente o que os oradores anteriores haviam dito noutra língua.»

Marta Sanz Fernández trabalha em espanhol, francês, italiano e português, mas (o que é pouco habitual) não em inglês. «De facto, nunca pensei poder vir a trabalhar como intérprete para a UE, porque estava con-

vencida de que o inglês era indispensável. Descobri que não é bem assim ao ajudar uma colega do Ministério da Defesa em Madrid a preencher o seu formulário de candidatura.»

«Outra surpresa foi constatar que, enquanto entidade patronal, a Comissão aplica realmente o princípio da igualdade de oportunidades. Na altura da minha entrevista, estava grávida de sete meses e pensava que me iam pedir para começar a trabalhar após o nascimento do bebé mas, em vez disso, disseram-me: «Parabéns, está contratada e deram-me uma licença de parto um mês mais tarde.»

Instalar-se em Bruxelas permitiu a Marta, que passou parte da sua infância em Marrocos, proporcionar também aos seus quatro filhos uma experiência de vida no estrangeiro. A expatriação foi mais difícil para o marido que «teve de deixar a sua empresa e um grupo *rock* em Madrid, mas encontrou uma actividade a seu gosto gerindo uma associação para a comunidade de língua espanhola. Ocupa-se de toda uma série de actividades, que vão desde a organização de acontecimentos sociais à elaboração de uma lista de nomes de médicos que falam espanhol.»

Marta Sanz Fernández

NASCIDA:
em 1966
em Madrid, Espanha
CARGO:
Intérprete de língua espanhola

Ao seu serviço

A Comissão, instituição independente mas obrigada a prestar contas da sua gestão, foi instituída pelos governos dos Estados-Membros da UE, para agir no interesse geral da Europa, sobrepondo-se aos interesses nacionais de qualquer país ou grupo de países. O seu pessoal não constitui um exército de burocratas anónimos sendo antes composto por cidadãos comuns unidos por um mesmo compromisso em prol do futuro da União.

O mundo está a mudar e o mesmo acontece com a Europa. Outros países da UE vão adoptar o euro e seremos confrontados com novos desafios, nomeadamente nos domínios da política externa, da segurança, da defesa e da justiça. A União Europeia terá, pois, de evoluir e a Comissão terá de acompanhar essa evolução.

O modo como se processará essa evolução dependerá, em parte, dos cidadãos europeus. A visão de cada cidadão sobre o futuro da Europa é importante para a Comissão, seja ela qual for. Diga-nos o que pensa seguindo aos procedimentos indicados nesta brochura. Incumbe a cada um de nós contribuir para a construção da Europa em que queremos viver.

Para mais amplas informações



Para mais informações de carácter geral sobre a Comissão Europeia e as outras instituições da UE pode consultar o sítio Internet da UE, acessível através do servidor Europa, no endereço **europa.eu.int**. Este sítio fornece informações e chaves para compreender o funcionamento da UE, as suas actividades em curso, as futuras prioridades e muitas outras informações úteis.

Para obter informações concretas sobre a forma de se candidatar a um emprego na Comissão, consulte o sítio **europa.eu.int/epso**.

Comissão Europeia

Ao Serviço dos Cidadãos Europeus

O que a Comissão faz por nós

Série: *A Europa em movimento*

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2005 — p. 22 — 16,2 x 22,9 cm

ISBN 92-894-9488-3

A Comissão Europeia ocupa um lugar central na arquitectura da União Europeia, uma vez que detém uma combinação única de poderes legislativos e executivos e que gere políticas europeias em domínios tão diversos como o comércio, o ambiente e as pescas. A Comissão é igualmente responsável pela execução do orçamento da UE, que se eleva a 115 milhões de euros.

Com um pessoal de 25 000 efectivos oriundos dos quatro cantos da UE, a Comissão trabalha em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e os governos nacionais de forma a gerir a UE tendo em conta o interesse comum dos seus 455 milhões de cidadãos. A tarefa da Comissão consiste em transformar quotidianamente em acções concretas as aspirações de paz, liberdade e prosperidade dos seus cidadãos. Como o faz? Quem trabalha para a Comissão? Quais as suas funções? A leitura da presente brochura dá resposta a estas perguntas.

Mais informações sobre a União Europeia



Na Internet, através do servidor Europa (<http://europa.eu.int>), podem ser obtidas informações em todas as línguas oficiais da União Europeia



Existem centenas de centros locais de informação da UE espalhados por toda a Europa. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: europa.eu.int/comm/relays/index_pt.htm



EUROPE DIRECT é um serviço que responde às suas questões sobre a União Europeia. Pode contactar o serviço telefonando para o Número Verde único **00 800 6 7 8 9 10 11** – ou, se estiver fora da UE, para o (32-2) 299 96 96 – ou enviando uma mensagem electrónica via europa.eu.int/europedirect

Para obter informações e publicações em língua portuguesa sobre a União Europeia, pode contactar:

REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

Representação em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-10.º
P-1269-068 Lisboa
Tel.: (351) 213 50 98 00
Internet: europa.eu.int/portugal/index.htm
E-mail: burlis@cec.eu.int

GABINETE DO PARLAMENTO EUROPEU



Gabinete em Portugal

Largo Jean Monnet, 1-6.º
P-1269-070 Lisboa
Tel.: (351) 213 57 80 31/213 57 82 98
Fax: (351) 213 54 00 04
Internet: www.parleurop.pt
E-mail: EPLisboa@europarl.eu.int

Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da Comissão Europeia.

A União Europeia



-  Estados-Membros da União Europeiaia
-  Países candidatos

PT

NA-67-05-694-PT-C

A Comissão Europeia ocupa um lugar central na arquitectura da União Europeia, uma vez que detém uma combinação única de poderes legislativos e executivos e que gere políticas europeias em domínios tão diversos como o comércio, o ambiente e as pescas. A Comissão é igualmente responsável pela execução do orçamento da UE, que se eleva a 115 milhões de euros.



Com um pessoal de 25 000 efectivos oriundos dos quatro cantos da UE, a Comissão trabalha em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e os governos nacionais de forma a gerir a UE tendo em conta o interesse comum dos seus 455 milhões de cidadãos. A tarefa da Comissão consiste em transformar quotidianamente em acções concretas as aspirações de paz, liberdade e prosperidade dos seus cidadãos. Como o faz? Quem trabalha para a Comissão? Quais as suas funções? A leitura da presente brochura dá resposta a estas perguntas.



ISSN 1022-8306



Serviço das Publicações

Publications.eu.int

ISBN 92-894-9488-3



9 789289 494885 >